
SENTIR PORTUGAL

A. O HÚMOS DA PÁTRIA

A televisão habituou-nos a um gesto: João Paulo II desce do avião e antes de abordar quem quer que seja, ajoelha-se, arqueia o torso branco e beija o solo.

Que beija ele?

O chão!

O chão anda comigo desde a meninice. A aldeia onde nasci teria uma vintena de fogos, de loja e sobrado, e três casas grandes, de uns senhores e meninos que apareciam por lá numa estada cadenciada, monótona e breve, sem nunca perturbarem os horizontes jornaleiros da nossa posse. O lugar dividia-se, para efeitos toponímicos, em «eiras» e «fundo-da-rua»: das «eiras», largo planalto baldio em cujas bordas se erguiam, em desordem espontânea, uma dezena de casas, descia-se, em declive, para o «fundo-da-rua, até à outra dezena de tectos, já na orla das várzeas, por onde escorriam as águas e as manchas verdes dos milheirais, amazónias da minha infância.

Éramos nós as crianças que marcávamos as fronteiras do nosso chão. Consentíamos que nas «eiras», uma vez por mês, os adultos negociassem o gado e invadissem a feira com as traquitanas; concedíamos aos nossos pais, no tempo das colheitas, os espaços para estenderem ao sol os frutos nos panais; e abríamos, com os mordomos de Santo António, as largas circundantes da capela aos forasteiros, que, de outros termos, vinham partilhar connosco o profano e o sagrado dos nossos ritos festivos. Fora isso, o chão era só nosso: conquistado, repartido, guardado e defendido, era um território real sob o mando da fantasia, onde deitavam raízes os arquétipos do nosso império de crianças.

Meio século de cultura citadina não apagou a minha leitura rural dos confins, limites e termos, nem fez sossobrar o sentimento terrantês, de

forte raiz biológica, que eu transmuta, directamente do senhorio colectivo do adro público da minha aldeia, para o chão que sustenta e consolida o assumido orgulho de ser português.

Compreendo, no entanto, que as gerações de agora, ao mesmo tempo actoras e espectadoras de um gigantesco desenho animado permanente, não possam ter, no rodopio das imagens e dos sons urbanos, a mesma percepção dos fundamentos do chão nacional que se adquire na comunhão ritmada dos espaços naturais.

É por isso que atribuo à imagem evocada de João Paulo II um sentido didáctico muito particular.

Que beija ele?

O Papa, o que beija, é o solo pátrio de um povo — a única realidade material, cuja *duração* ⁽¹⁾ sustenta, viabiliza e impõe a estranhos o respeito por um projecto de independência política.

Que me seja permitido poder testemunhar, evocando as ligações profundas da imagem da Pátria com a cadeia dos mitos, da história e dos romances da infância, o frémito interior, misto de responsabilidade e festa, que em mim se desencadeia, sempre que eu tomo consciência de que há terra para poder beijar Portugal.

B. A CONSCIÊNCIA DE NAÇÃO

Partilho a preocupação dos que se armam do entendimento intelectual objectivo, para libertar a expressão tomar consciência de Portugal e dos portugueses do efeito *perverso* que arrasta o moderno conceito de *nacionalismo*, conotado com a carga afectiva pérfida de aversão do outro, embora reconheça a dificuldade para *opor o patriotismo, como expressão de um amor não só efectivo mas actuante das coisas e dos valores pátrios, [ao] nacionalismo, como amor idolárico e, sobretudo, verbal das mesmas coisas e valores* ⁽²⁾.

(1) Sublinha-se o termo *duração* para que o leitor não esqueça de cruzar vários significados: do verbo *durar*, dos substantivos *duração*, *duro*, *dureza*, e do adjectivo e advérbio *duro*.

(2) LOURENÇO, Eduardo, *Patriotismo e Nacionalismo*, artigo publicado em *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, edição do Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 1989, págs. 3/9.

Enfrentemos a dificuldade: o arquétipo racional de um cidadão do mundo de uma ideal república universal, pacífica sinfonia sem contraponto, é cada vez mais desmentido pelos factos; pelo contrário, despertam os gritos emocionais das afinidades colectivas que reivindicam o direito de proclamar e defender a respectiva diferença nacional.

A oposição entre razão e sentimento continua: os mecanismos formais que tornam o conhecimento objectivo e universal por si sós não conseguem dar sentido à actividade cognitiva; é o afecto que se cola à consciência, realizando desse modo a apropriação afectiva da razão pelo sentimento. Há línguas, há comunidades, há pátrias — eis uma série de afirmações neutras. Mas quem pode negar a carga afectiva que as expressões «a *minha* língua», «a *minha* comunidade», «a *minha* pátria» transportam? Ora, não há grau zero da expressão do sentimento. É sempre retórica.

Não tenhamos, pois, pruridos perante o verbo português!

Acontece que é uma língua bem diferenciada de outras — a portuguesa — que há memória de um povo — o português — comprometido com uma solução espacial necessária — o território — onde se dá conta da fidelidade ininterrupta a um projecto comum de defesa dos valores que permitem aos portugueses de hoje sentirem-se herdeiros, e, por isso, arautos responsáveis da cadeia milenária de «vontades» que vêm mantendo a Pátria viva até aqui.

Parece que se verifica na estrutura psíquica do homem a existência de limites para a consciência, em contraste com a ausência total de barreiras para as emoções. É mais uma razão para estar atento com o coração, já que «tudo o que experimentamos como realidade é apenas a realidade do homem» (3). Portugal é uma realidade. Importa saber que espécie de realidade é essa. Portugal diz respeito aos portugueses. Importa saber que homens são esses, e que espécie de diálogo colectivo entretiveram e entretêm com o mundo e a vida; e se plasmaram soluções diferenciadas, que soluções foram e onde estão as diferenças; e, finalmente, em que medida tudo isso afecta quem, onde, como, porquê e até quando.

(3) POPPEL, Ernst, *Fronteiras da Consciência — Da realidade e da experiência do Mundo*, colecção Universo da Ciência, n.º 12, Edições 70, Lisboa, 1979, pág. 164. A tese central deste livro é demonstrar a existência de limites reais da nossa consciência.

É neste ponto que interfere a memória, a forma que nós temos de viver a duração. De facto, tanto no aspecto sincrónico do instante, como no diacrónico do devir, é através da memória que «saltamos por cima do tempo» e é na memória de cada tempo que nos vamos identificando como herdeiros e continuadores de um património comum de significações partilhadas.

São as significações partilhadas que dão forma ao contexto de afinidades que um povo transporta na sua memória colectiva, a Pátria, construção espiritual diária com raízes no chão eterno — a realidade telúrica da região-mátria (*), o húmus da formação social que dá pelo nome de nação, conceito que ultrapassa a simples adição dos indivíduos que a compõem e estranhamente se autonomiza, impondo-se como significante de uma alma, uma consciência, uma pessoa, uma realidade viva.

As nações não se definem. São singularidades que se narram e o menos que se pode dizer de tais narrativas é que não obedecem a qualquer modelo racional de compreensão. Pelo contrário, assinalam-se vários «paradoxos do nacionalismo», o mais desconcertante dos quais é estarem os indivíduos dispostos a dar a vida para conquistarem a autonomia, e dá-la também para impedir outros de a usufruir. As histórias das nações são outras tantas narrativas destas variações paradoxais, que, no entanto, tomam *forma*, ganham *independência* e se desenrolam no tempo, como que procurando um ponto ideal de *equilíbrio* onde repouse uma comunidade de afectos, alimentada pela memória do seu próprio caminhar, ligada ao presente pelas referências, símbolos e obrigações que entendem projectar no futuro (5).

As noções de *formação*, de *independência* e de *equilíbrio das tensões*, só estritamente ligadas umas às outras, permitem compreender quanto a «acção individual» se subordina aos resultados transtemporais do conjunto que a implica, quanto as «relações intersubjectivas» (estão) «directamente dependentes das exigências próprias de cada formação social», e

(*) Alinhámos aqui estas duas expressões felizes, a primeira de Miguel Torga, no *Diário XIII* (10-7-1978), a outra, de António Quadros no seu livro que aconselhamos, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*, colecção Lusíada, Guimarães Editores, Lisboa, 1989, pág. 221.

(5) GIL, José, *Nação*, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 14, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1989, págs. 276/305. Na introdução do artigo o autor cita (pág. 277) Louis Snyder, como inventariador dos «paradoxos do nacionalismo».

permitem entender, também, como a aparente estabilidade das nações é afinal um «equilíbrio de forças flutuantes», cujas perturbações, de duração e ritmo, nem sempre são perceptíveis, aqui e agora, pelos sujeitos implicados. As modificações, aliás, são tanto mais difíceis de detectar quanto maior for a «escala existencial da mudança» (6). Por muito velhas e estáveis que sejam, as nações não se encontram imunes aos abanões que a abertura ao mundo e a competição provocam. Por isso se defendem: ao fim e ao cabo, avisam-se umas às outras que não vale a pena serem atacadas; a primeira condição para fazerem ouvir esse aviso é o exercício de uma soberania no interior de um território.

A existência de uma nação sem espaço ou à procura dele, é sempre um foco, patente ou latente, de guerra.

C. TOMAR CONSCIÊNCIA DE PORTUGAL

Pois bem: há memória de Portugal e há portugueses. E parece óbvio que os portugueses tomem consciência que o seu objectivo essencial é a defesa de Portugal. Contra quem?! Contra si próprios: a mais séria vulnerabilidade de um país é uma população que julga não ter necessidade de se defender.

Portugal é uma velha nação de oito séculos.

Eis uma velha frase que, paradoxalmente, tem a eternidade toda para envelhecer, processo que traz sempre a esperança em aberto para, por um lado, se achar também no futuro a resposta original que a comunidade soube dar aos desafios do pasado, e, por outro, evitar que ela se distraia, no presente, com soluções colectivas que não correspondem, e *vamos dizê-lo desde já, à grandeza que deve ser Portugal, [nem] aos sonhos de alguns dos seus maiores que viu nascer* (7).

(6) Ver CHARTRIER, Roger, *A História Cultural — Entre Práticas e Representações* colecção Memória e Sociedade, Difel, Difusão Editorial, Ld.ª, Lisboa, 1988, págs. 99/105.

(7) SILVA, Agostinho da, *Educação de Portugal*, colecção Obras de Agostinho da Silva, Ulmeiro — Livraria e Distribuidora, Ld.ª, 1.ª edição, Lisboa, 1989, pág. 7. Esta citação misteriosa que governam a realidade indomável do mundo, mas nem por isso deixam porque acho que Agostinho da Silva tem sido a mais popular autoridade intelectual a abanar uma distraída inteligência portuguesa que agora deu em descobrir a Índia além-Pirenéus.

E não andarão, de facto, os portugueses distraídos? Há indícios que sim. E o mais flagrante deles é este: são poucas e isoladas as vozes que se escandalizam com o esquecimento, se não mesmo com o desaparecimento da valência «educação cívica», dos vários níveis da expressão cultural portuguesa actual.

É o exercício da vida comunitária ao ritmo dos interesses económicos conjunturais, alheio, se não hostil, em relação à memória colectiva. Vive-se sem querer saber da História, como se Portugal fosse um recém-nascido, envolto nas rendas de Bruxelas. Com o pretexto de colmatar o fosso que nos separa dos padrões culturais da Europa rica, esquecemos as experiências, os saberes, os sentimentos e as crenças do nosso singularismo sociológico, como se fosse possível vivermos autónomos da nossa própria identidade.

A «nossa maneira de estar no mundo» não é só retórica. Estão os nossos valores simbolizados nos castelos, nas igrejas matrizes, nos pelourinhos e nos fóruns, onde o passado justifica o presente e incentiva o futuro⁽⁸⁾; sopra ainda o nosso espírito mundo fora através da aventura transcontinental da língua portuguesa; continua a ser o «mestiço», fruto do génio peregrino do português, a marca antropológica universal da transmutação das almas e dos corpos; não tem que se envergonhar perante os fracassos das leituras racionalizantes do mundo e da vida o provérbio genuinamente português de que «Deus escreve direito por linhas tortas»; necessita o mundo de se abrir à comunhão universal da dádiva gratuita que os açorianos celebram coroando um menino imperador do mundo na festa do Espírito Santo; e seja a saudade, porque não, o fado universal que canta a obediência à vida, mais sentimento do que razão, mais ser do que ter, mais servir do que mandar.

Só se percebe o sentido destas palavras quando, aqui e agora, os portugueses souberam orientar o seu comportamento cívico pelos *objectivos nacionais permanentes e... actuais de Portugal*. São os que permitem poder afirmar hoje aquilo que pôde ser afirmado um dia pela primeira vez: *falamos português, aqui é Portugal e só manda quem os portugueses consentirem*.

(8) São palavras extraídas do *Diário XIV* (16-11-1986), de Miguel Torga. Os últimos «Diários» do autor não escondem uma certa angústia face ao alheamento dos portugueses perante o destino de Portugal.

Tais objectivos são ao mesmo tempo as ideias-base que orientam a educação cívica. Têm a ver com a integridade do território nacional, com a fidelidade à memória colectiva, onde se inscreve o projecto de independência de Portugal e se alicerça a necessidade de um sistema de defesa permanente, têm a ver também com a solidariedade que a Pátria comum exige e a coesão do todo nacional reclama, e com a defesa da língua que aponta para uma grande comunidade dos povos falantes da língua portuguesa.

Não há portugueses por um lado e Portugal por outro: importa que os portugueses tenham consciência de que foi com sangue, inteligência e sonho que a nossa fronteira terrestre limitou do lado de lá a vontade centrípeta de Castela, incomodada com o exemplo da nossa gesta, ainda hoje espelho da alforria de outras nações ibéricas: e que do lado de cá, a mesma fronteira arranca, na distância ideal da costa, para o Atlântico, onde flutuam os nossos interesses, os nossos sonhos e a memória do projecto transtemporal a que devemos ser fiéis.

É Portugal o que é, porque a rede de posições ocupadas pelos portugueses foi a que foi e Portugal consentiu: importa que os portugueses tenham consciência de que a energia criadora de hoje e de sempre passa por conhecer, amar, defender e prosseguir o projecto de independência que garante hoje a existência de Portugal. Esse projecto exige o envolvimento permanente das chamadas «forças vivas» da nação (a sociedade política e a sociedade civil) na apreciação crítica das potencialidades e vulnerabilidades (materiais e espirituais) de Portugal para que possa emergir, com energia renovada, na vida colectiva, o convívio íntimo e natural com a noção de interesse nacional.

A nação seria, evidentemente, outra, mas não portuguesa, se a supussemos dependente da acção voluntária de um ou vários indivíduos, sem qualquer vínculo às interdependências necessárias que os ligam, enquanto portugueses, ao que Portugal «foi sendo» pelo Mundo: importa que os portugueses tomem consciência que a língua portuguesa, por causa do passado que muito nos orgulha, nos amarra para sempre, não à Europa, onde estamos por nascimento, mas ao mundo transcontinental dos falantes portugueses, de onde somos por instinto de peregrinação; importa igualmente que os portugueses aprendam a lição da História Trágico-Marítima: sem o conforto burguês das riquezas que se afundaram, podemos hoje reinventar a epopeia da vocação missionária, sem que nos chamem neocolonizadores.

É Portugal um país europeu. Os países são metáforas geográficas: a massa amorfa da Europa é em Portugal que se afina!...; e se hoje o termo *Europa* evoca em todo o mundo um conteúdo civilizacional específico, foi do chão de Portugal que arrancaram os pioneiros da Idade do Universo Planetário Aberto: importa que os portugueses tomem consciência de que a actual febre europeia, período útil e atraente de engorda com os cifrões do Primeiro Mundo, só será um bom projecto nacional se contribuir para fortalecer a solidariedade de Portugal para com o mundo do subdesenvolvimento, cujas frustrações compreende melhor do que nenhum outro país no ocidente, dado o seu longo trajecto histórico, traçado com dramática audácia, tendo em vista a grandeza dos objectivos, apesar da escassez dos meios.

D. UMA CONCLUSÃO: A DIFERENÇA QUE É PORTUGAL

Há muito que se anuncia: Portugal está a mudar. Diferente vai ser a maneira de ser dos portugueses, diz-se. Os factores dessa mudança resumem-se e concentram-se numa só palavra: Europa!

Entendamo-nos nesta matéria. A aposta europeia, de que tanto se fala, deve ser ganha: é neste espaço que se tece a complementaridade de trocas necessárias para o desenvolvimento económico e para o progresso social dos portugueses. É também o espaço político-cultural necessário para consolidar a liberdade da nossa república reencontrada. É, por outro lado, a zona geoestratégica onde se verifica o maior grau de equilíbrio da tríade segurança/desenvolvimento/justiça, o mais sólido tripé da Paz. Resumindo: é para Portugal um trunfo precioso o facto das últimas convulsões na Europa e no Mundo terem acontecido quando fazemos parte, como membros de pleno direito, das instâncias internacionais europeias onde se debatem, ajustam e concertam as políticas que nos envolvem.

Mas para Portugal, Europa é origem, e não destino.

Um dia, em França, sopravam já então os ventos de Maio de 68, um amigo alemão, suposto viajante atento de Portugal, disse-me que ao nosso país faziam falta toneladas de Kant, Voltaire e Freud. Segundo ele, precisaríamos de racionalidade, crítica e catarse para podermos girar à volta do eixo Bona-Paris-Bruxelas. Contrapus imediatamente três nomes de boa cepa lusitana: Pedro Nunes, Gil Vicente e Luís de Camões.

Não faltou ao primeiro o domínio do pensamento puro contra os que tentavam demonstrar a quadratura do círculo, a trissecção do ângulo e a duplicação do cubo; a crítica do segundo não poupou estruturas, instituições, cargos e costumes; e o génio do terceiro descodificou o desejo dos nossos marinheiros, perante quem as deusas dessacralizaram as delícias na Ilha dos Amores.

A razão de Pedro, a crítica de Gil e a catarse de Luís são a nossa diferença: a matemática de um apoiou a aventura louca dos inícios sem modelo; a crítica do outro antecipou a construção híbrida de um sagrado carnavalesco, de um profano canonizado, de uma teologia popular; a catarse do último anuncia a transmigração social dos genes, *Pretidão de Amor,/Tão doce a figura,/Que a neve lhe jura/Que trocará a cor.*

Portugal nunca foi contemporâneo em qualquer época. É sempre, aqui e agora, diferente. Por isso mitificou o Passado, porque essa é a forma de ironizar a história e ser sempre moderno seja qual for o futuro.

Estes são alguns dos registos da minha percepção sentimental de Portugal. Começaram no chão e regressam ao chão.

Portugal é mais do que o seu chão. Não é quantidade. É qualidade. É sentimento. Mas na imagética popular os anjos, figurações do espírito, têm asas para levantar voo e pousar — do chão e no chão. Também o sentimento patriótico tem os pés na terra: essa postura reflecte-se na instituição militar. O grau de coesão nacional mede-se através do nível de conhecimento e compreensão que os cidadãos têm das missões das suas Forças Armadas e do apoio que lhes manifestam, o mais significativo dos quais é, sem dúvida, o grau de disponibilidade da juventude para o serviço militar. É na relação cidadão/instituição militar que ganha sentido a expressão as Forças Armadas são o espelho da Nação. Um espelho que desdobra a história da *relação patética* (*) da comunidade de povos que é Portugal com o seu território.

(*) O termo *patética* nesta expressão não se desvia muito do étimo grego *pathos* e da significação que toma nas tragédias de Ésquilo: homens e deuses submetem-se às forças misteriosas que governam a realidade indomável do mundo, mas nem por isso deixam os heróis de pousar vontade inteligente para conduzir as próprias paixões ao lado da fatalidade e do destino. A coexistência do determinismo e do livre arbítrio é um *dado* adiante descrito como *embarço existencial*. O primeiro momento da cultura situada em Portugal deverá ser a descrição fenomenológica desse embarço — a *patética* portuguesa.

O território de Portugal é a parte do mundo que os portugueses ocupam para viverem como comunidade a intimidade colectiva própria que os diferencia de outros povos. Os valores que identificam Portugal nasceram, desenvolveram-se e acabaram por se afirmar na relação de *embarço existencial* ⁽¹⁰⁾ que o seu povo foi mantendo com o território de que se ia apropriando para ser Nação e impor o seu poder soberano. De facto, a fronteira terrestre continental acabou por se fixar, de Norte para Sul, ao longo da costa, como que posicionada no ponto ideal da terra para não esquecer a orla marítima. Portugal é mais água do que terra. Sua terra continental é tão-só o contraponto fixo de uma fronteira flutuante, livre e aberta que através do Atlântico permitiu a *evasão insular* de Portugal, abriu o espírito português à *permissividade* gratuita de corpos e almas diferenciados, potenciou o *poder assimilador* das nossas gentes e deu dimensão universal à *capacidade integradora* de saberes e experiências alheios — traços que identificam esta maneira diferente de ser gente que se chama Portugal ⁽¹¹⁾.

Ultimamente apontam aos portugueses apenas os gráficos onde se cruzam as linhas dos grandes interesses da contabilidade europeia. É horizonte demasiado curto para a Nação. Importa, por isso, lembrar que Europa é origem e não destino.

É neste sentido que volto aos domínios da minha infância e ao gesto do Papa.

⁽¹⁰⁾ Retomo a leitura da nota anterior e o apoio da semântica da Grécia Antiga. Depois de uma filosofia *patética* portuguesa há lugar para a interpretação dos símbolos, mitos e acontecimentos que traduzem a resposta criativa de um povo em situação. É o segundo momento da cultura portuguesa situada — a *poética* portuguesa.

⁽¹¹⁾ Esta nota forma uma unidade narrativa com as duas antecedentes. São muitos os intelectuais portugueses que têm procurado destacar as características específicas da maneira de ser do português, do seu comportamento situado. Sublinhámos aqui algumas, inspiradas numa conversa amiga sobre o pensamento de Vitorino Nemésio. Continuamos a lembrar os conceitos gregos clássicos: a peregrinação do povo português pela terra — *patética* — e a resposta criativa que foi e vai dando — a *poética* — deverão culminar num terceiro momento da cultura portuguesa situada, qual seja o de tentar descobrir os valores de referência dos seus actos societários — a *ética* portuguesa. Estes três momentos apoiam a educação cívica situada — a *paideia* portuguesa.

Saibam todos os portugueses que quem beijar o coração de Portugal fá-lo, com rigorosa liturgia histórico-cultural, num ponto preciso do Atlântico, e, com esse gesto, beija, ao mesmo tempo, a aldeia e os Sete Mares do Universo.

João Lamas

Auditor do CDN/90